

## Apesar dos black blocks, servidores defendem Cedae pública



O final da história foi o mesmo: um grupo com os rostos cobertos que supostamente externaliza a revolta social contra a política brasileira entra em confronto com o batalhão de choque da Polícia Militar. O resultado também não foi diferente: os servidores públicos estaduais, que até então se manifestavam contra o projeto de privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), foram obrigados a se dispersar. E nos entreouvistos da população que transitava nas ruas do Centro comentários do tipo 'quem não tem nada a ver com a história é quem paga, é tudo baderneiro!'.

Os advogados dos jovens que invariavelmente entram em conflito com a Polícia, normalmente com seus rostos cobertos, repetem a

história de que black block é uma tática criada na Europa com o intuito de proteger os manifestantes. E que o quebra-quebra que esses 'jovens inconformados' promovem, sobretudo a agências bancárias, representam na verdade um ataque aos 'pilares do capitalismo' etc.

Mas no contexto contemporâneo brasileiro, todas as vezes que esses grupos decidem "defender" ou "proteger" os manifestantes acabam por expô-los gratuitamente à brutalidade imanente da Polícia Militar. No fim das contas, os manifestantes feridos são, em sua maioria, servidores. Além disso, os trabalhadores são jogados na maior das "fogueiras" diante da opinião pública, já que as notícias

veiculadas pelos grandes meios de comunicação de massa dificilmente distinguem servidores e black blocks, colocando todos no mesmo "saco" de manifestantes.

Enquanto as manifestações dos servidores públicos estaduais desta quinta-feira (09/02) estiveram sob sua gerência, o que se viu foram trabalhadores sob o forte calor carioca numa árdua, porém incansável e necessária tarefa de conscientizar a população e o próprio Parlamento da nocividade em se entregar à iniciativa privada o bem mais precioso da Humanidade: a água.

Do lado de dentro da Assembleia Legislativa, os deputados começaram a discutir o Projeto de Lei 2.345/17, que autoriza o uso das ações da Cedae para viabilizar um empréstimo de R\$ 3,5 bilhões da União, às 19h, em sessão extraordinária. Até às 22h, segundo dados da própria Alerj, o PL recebeu 210 emendas. Ainda segundo a Casa, o Colégio de Líderes debaterá as emendas na próxima segunda-feira (13/02), e o projeto deve entrar em votação no dia seguinte.

## Alerj derruba veto e dá aumento discrepante a advogados da Uerj



Em sessão realizada na quarta-feira, 08/02, a Assembleia Legislativa, Alerj, derrubou o veto do então governador em exercício Francisco Dornelles aos artigos 9 e 10 do projeto de Lei 2057/2016, que reorganiza a carreira dos servidores técnico-administrativos da Uerj e corrige distorções existentes na Lei 6701/2014, que reformula o Plano de Cargos e Carreiras dos técnicos da Uerj. Dos 70 parlamentares, 49 votaram favoravelmente pela derrubada.

Os artigos são relacionados aos advogados da então Procuradoria Geral da Uerj (PGUerj), hoje Departamento Jurídico (Dijur). Na época, eles foram incluídos diretamente no plenário pelo deputado estadual Edson Albertassi (PMDB), passando por cima dos pontos de negociação aprovados nas assembleias da categoria e debatidos nas mesas de negociação com o parlamentar, que era o interlocutor do governo estadual.

O significado prático destes artigos é que os advogados da Uerj, em caso da reconstituição da Procuradoria, receberão um reajuste de 185% e mais 50% de incorporação de verbas,

totalizando 235% de acréscimo em seus vencimentos. Além desse aumento absurdo, em um momento que o Governo do Estado mantém constantes atrasos de salários e ameaça retirar direitos dos trabalhadores argumentando que há uma “crise” financeira, a derrubada desses vetos pode causar outros problemas:

**Quebra de isonomia** - Os advogados da Uerj são servidores técnico-administrativos, enquadrados como “Técnico Universitário Superior - Perfil Advogado”, sendo regidos pela mesma lei que rege todos os trabalhadores técnico-administrativos da universidade (Lei 6.701/2014). Este aumento de 185% quebra a isonomia existente na Lei e cria um abismo entre os técnicos de perfil advogado e os demais servidores de nível superior da instituição;

**Quebra da autonomia universitária** - Através de seu Conselho Universitário, a Uerj está rediscutindo a reorganização do corpo jurídico da instituição. O processo, que foi apreciado pela Comissão Permanente de Legislação e Normas (CPLN), está a ponto de ser apreciado.

No entanto, o Poder Legislativo sobrepassa a autonomia administrativa da universidade e cria uma “casta privilegiada” dentro da instituição. É como se alguns poucos deputados quisessem “dar um recado” para a Reitoria da Uerj, colocando dentro da Uerj um grupo com poder suficiente para atender seus interesses.

**Ameaça direta aos trabalhadores** - Além de criar um abismo entre os advogados e os demais trabalhadores da Uerj, ultrapassando em até seis vezes os vencimentos dos professores titulares, o aumento exponencial dos salários do corpo jurídico da universidade coloca em xeque a atuação dos mesmos em relação às demandas dos trabalhadores e estudantes da instituição e ameaça as entidades representativas. Reiterando que o Sintuperj e a Asduerj têm retidos cada um cerca de R\$ 8 mil por ação da extinta PGUerj, referentes a honorários de sucumbência da ação de interdito proibitório movida pela Reitoria da Uerj contra as entidades em 2012, durante a greve das categorias.

O Sintuperj, atendendo a um anseio de sua base lutará até as últimas instâncias para que essa derrubada do veto aos artigos 9º e 10 do PL 2.057/2016 seja revista. E convoca todos os servidores técnico-administrativos da Uerj para essa luta, pois no caso da manutenção desse reajuste todos os técnico-administrativos da Uerj têm direito a este mesmo percentual, pois assim versa a isonomia existente no Plano de Cargos e Carreiras.